

Criatividade e Governança na Cidade Contemporânea

A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares¹

João Seixas*
Pedro Costa**

Resumo: Este texto foi desenvolvido no âmbito de um projecto de investigação que procura observar e interpretar formas e fluxos de governança (sociopolítica e cultural) associadas a dinâmicas criativas (e cumulativas) nas cidades e em territórios pró-urbanos. Resulta de um trabalho de reflexão teórica e crítica em torno de conceitos de base (criatividade, vitalidade e governança na cidade) e da projecção empírica de tais perspectivas num conjunto de entrevistas realizadas a actores-chave no pensamento e na acção em torno da cidade contemporânea, em 3 territórios metropolitanos: Lisboa, São Paulo e Barcelona.

Procurou-se não só identificar as diferentes perspectivas em torno dos conceitos e das respectivas dinâmicas de complementaridade e de conectividade entre estes; mas também as condições estruturantes e metabólicas para o desenvolvimento sustentado de criatividade na cidade de hoje, quer no que concerne às suas configurações espaciais/geográficas, mas também aos ambientes socioculturais e económicos associados. Equacionam-se ainda formas de promoção e de apoio público e privado da criatividade urbana, discutindo-se estratégias políticas e processos de governança para a sua potenciação.

Diferentes perspectivas (face à própria cidade e à sua emancipação) conduzem a diferentes racionais de acção sociopolítica, nomeadamente face às dinâmicas e estruturas de governança. Este texto espelha tais perspectivas de racionais políticos, no âmbito do fomento da criatividade urbana. Não obstante uma inerente (e salutar) diversidade de perspectivas, a importância de elementos urbano-espaciais tais como a diversidade e proximidade de diferentes tipos de actores, suas práticas transaccionais, de mobilidade e de dinâmica quotidiana; a par de elementos-chave na esfera governativa local/metropolitana tais como a abertura e pró-actividade (e correspondente capacidade de mutação organizacional), bem como a disseminação de informação e de veículos de debate e de co-responsabilização, são elementos vitais para o reforço da governança da criatividade na cidade contemporânea. Governança assim reforçada, e que permitirá de *per si* (embora também necessitando de visões e acções racionalizadas) a multiplicação de agentes, de processos e de projectos criativos pelos mais diversos espaços e tempos urbanos.

Palavras-chave: Criatividade; Governança Urbana; Vitalidade Urbana; Competitividade Urbana; Lisboa; Barcelona; São Paulo.

¹ Este artigo baseia-se no trabalho decorrente da primeira fase do projecto de investigação *Creatcity* - Uma cultura de governança para a cidade criativa: vitalidade urbana e redes internacionais, projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES): PTDC/AUR/65885/2006, desenvolvido no DINÂMIA/CET por uma equipa coordenada por Pedro Costa. É, em importante medida, uma actualização de um texto anteriormente publicado como working paper (Costa, P., Seixas, J. e Roldão, A. (2009) "From Creative Cities to Urban Creativity? Space, Creativity and Governance in the Contemporary City", DINÂMIA WP n.º 2009/80), e nas Actas da Conferência conjunta da European Urban Research Association e da Urban Affairs Association *City Futures 09 - City Futures in a Globalising World*, Madrid, Junho. Acolhe ainda reflexões e actualizações decorrentes de outras apresentações entretanto efectuadas pelos mesmos autores internacionalmente em diversas conferências. Os autores agradecem a colaboração de Ana Roldão, co-autora do texto inicial.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** DINÂMIA-CET/ ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Introdução: Enquadramento conceptual e metodológico

A noção de cidade criativa tem-se disseminado fortemente na academia nos últimos anos, estando também crescentemente presente nos discursos e esferas de actuação pública sobre os espaços urbanos, às diversas escalas, das grandes instituições internacionais (UE, OCDE, ONU) aos governos locais, nos mais variados países. A relação entre criatividade e promoção do desenvolvimento urbano, o reconhecimento do peso e da importância das actividades culturais e criativas na promoção económica e no desenvolvimento territorial, ou a busca da competitividade pela via da captação da famigerada ‘classe criativa’ têm sido algumas das variantes mais destacadas deste interesse, traduzidas em abordagens e perspectivas múltiplas sobre esta questão (veja-se a este propósito Costa *et al.*, 2007 e 2008).

Apesar deste renovado interesse e de toda(s) a(s) retórica(s) em torno do papel da criatividade no desenvolvimento das cidades e das regiões, o que é facto é que a relação entre actividades culturais/criativas e território, numa perspectiva bem mais ampla, tem várias e mais remotas origens e há muito tem vindo a ser estudada (Costa *et al.*, *id.*). As novas abordagens em torno das cidades criativas apenas as vieram evidenciar e trazer para o centro da análise e do discurso académico, mas também da prática política.

Pelo menos três grandes vertentes distintas podem ser destacadas na exploração desta relação entre criatividade e promoção do desenvolvimento urbano: (i) a ideia da necessidade de criatividade nos “instrumentos” para o desenvolvimento urbano, ou seja do desenvolvimento de ferramentas e soluções criativas associadas aos novos contextos socioeconómicos e culturais; (ii) o foco nas actividades e sectores criativos (muitas vezes assimiladas, com maior ou menor abrangência às actividades culturais) como uma base estrutural do próprio desenvolvimento urbano (na perspectiva de que as actividades culturais e criativas² têm um papel fundamental nas sociedades e economias actuais, e como tal devem ser uma das prioridades políticas de desenvolvimento urbano; e finalmente, (iii) a defesa da necessidade de atrair e sustentar actividades e

competências criativas e baseadas no conhecimento e na inovação³.

Seja na vertente mais pragmática e *policy-oriented* de autores como Landry, Matarazzo, Fleming ou outros (que exerceram uma influência decisiva através de instituições como a COMEDIA, o DCMS, o NESTA ou outras, posteriormente repercutidas um pouco por todo o mundo); seja no discurso mais mediatizado (mas também muito questionado na academia, não obstante a sua enorme influência) de autores como Richard Florida ou John Howkins; seja ainda através das análises mais académicas sobre cidades e criatividade e sobre indústrias culturais e criativas de autores de proveniências e áreas tão distintas como Franco Bianchini, Justin O’Connor e Derek Wynne, Andy Pratt, Klaus Kunzmann, Richard Caves, Allan Scott, Michael Storper, Peter Hall, ou Ann Markusen, entre muitos outros, estas ideias foram-se sedimentando ao longo dos anos 90, traduzindo-se numa progressiva aproximação de perspectivas e discussões havidas em campos como os da economia e da sociologia da cultura, da geografia económica, da economia industrial e da inovação, da geografia urbana, dos *cultural studies*, ou do planeamento urbano, em temas como, p. e., a actuação sobre o desenvolvimento urbano, as políticas culturais, o papel económico da cultura, a integração social pela cultura ou a multiculturalidade e o diálogo intercultural.

O reconhecimento, nos últimos anos, por múltiplos relatórios desenvolvidos por instituições internacionais (p. e., OCDE, 2005; CE/KEA, 2006; UNCTAD, 2008) veio dar uma maior visibilidade e sobretudo uma legitimação pública progressiva a estas actividades, à qual acresceu, em paralelo, uma forte divulgação de experiências de sucesso, um pouco por todo o mundo, de dinâmicas territorializadas baseadas na criatividade e actividades criativas (cf. Rato *et al.*, 2009; Costa *et al.*, *id.*).

Entre outros factores, uma questão de fundo parece destacar-se nesta afirmação da retórica das cidades criativas face às formas mais tradicionais de pensar e actuar sobre a cidade e a cultura. A par de um nítido desconforto em relação às (insatisfatórias) formas de análise e de intervenção mais convencionais, com um carácter fortemente disciplinar e sectorializado (a actuação na cultura, no urbanismo, na economia, na inovação, na

² Que entretanto, um pouco por todo o mundo começaram a ser identificadas e mapeadas, não sem polémica (veja-se Costa *et al.*, 2008).

³ No âmbito das abordagens em torno da valorização do capital humano (veja-se p. ex. Glaeser 2004).

inclusão social,...), afirmava-se com o discurso das cidades criativas a possibilidade de assumir e desenhar intervenções mais transversais, que ultrapassassem as velhas dicotomias e conflitos em termos de domínios e formas de actuação (p. e., economia *vs* cultura; público *vs* privado; efémero *vs* permanente; local *vs* global). Isto (a par da grande atractividade política do tema) permitiu ensaiar soluções (políticas, institucionais, de governança) também elas criativas e inovadoras para fazer face às novas realidades urbanas e às dificuldades das formas de actuação mais tradicionais.

Mas em paralelo a esta discussão sobre as cidades criativas, o debate em torno da criatividade e dos factores que lhe estão subjacentes prossegue também com particular dinamismo, em diversas áreas disciplinares (Costa *et al.*, *id.*). Uma questão fundamental emerge aqui, com a discussão entre uma visão tradicional de criatividade como algo de decorrente do génio individual (natural ou transcendental), e a visão da criatividade como um processo socialmente bem situado e marcado (na senda de contributos de autores em campos tão diversos como Margaret Boden, Mihaly Csikszentmihalyi, Pierre Bourdieu, ou Allan Scott). Esta é aliás uma vertente particularmente interessante na relação entre a geração de certos ambientes ou “meios” urbanos e o seu papel fundamental no desenvolvimento da criatividade urbana⁴.

Não sendo aqui o local para aprofundar a discussão destas questões (veja-se, para maior detalhe, Costa *et al.*, *id.*, e Seixas, 2008), importa no entanto, salientar a distinção entre dois planos de discussão diferenciados (mas cruzados e usualmente confundidos) que têm marcado este renovado interesse pela criatividade na promoção do desenvolvimento territorial, nas suas diversas dimensões: um nível de análise consiste em encarar a criatividade como algo de transversal à economia e sociedade (e à vida urbana), assumindo-a como uma fonte potencial de criação de valor nas economias actuais, transversalmente a qualquer sector económico; um outro nível de análise distinto, pelo contrário, consiste (como frequentemente tem sido feito neste ressurgir do interesse pela criatividade) em focar o olhar apenas naquilo que têm sido consideradas “actividades criativas” (com maior ou menor abrangência, a partir da noção das indústrias culturais

e criativas). Porém, embora se possa reconhecer que o peso das actividades “criativas” poderá ser maior nestes enfoques, o mínimo que se pode dizer é que a criatividade, naturalmente, não começa nem se esgota necessariamente nestes âmbitos e seus respectivos espaços e fluxos mais directos. Temos assim abordagens paralelas, decerto complementares, mas importará ter presente estas distinções ao falarmos da criatividade urbana (bem como ao tentarmos mapear os múltiplos conceitos associados – classes/actividades/indústrias criativas/culturais - que têm florescido) justamente para evitar cair nos muitos equívocos que tais noções – e suas políticas decorrentes – têm gerado.

Foi tendo em conta todo este quadro, e considerando todo este crescente interesse e potencial (a par da ainda considerável falta de clareza em torno dos diversos conceitos, perspectivas de interpretação e de acção, e mesmo das consequências e impactos decorrentes das acções sociopolíticas que têm sido desenvolvidas neste âmbito) que se estruturou o projecto de investigação *Creatcity* (“Uma cultura de governança para a cidade criativa: vitalidade urbana e redes internacionais”). Este programa de investigação assenta, justamente, numa discussão sobre a criatividade urbana (e consequentemente em conceitos como o de “bairro” ou “cidade” criativa), procurando identificar formas e canais de governança que possam proporcionar estratégias de coesão e de desenvolvimento urbano assentes na criatividade – e vice-versa.

O projecto combina uma forte dimensão conceptual com uma abordagem empírica a dinâmicas urbanas e mecanismos de governança muito concretos, incluindo a análise das estratégias de actuação e o desenvolvimento de 10 estudos de caso em 3 áreas metropolitanas: Lisboa (Portugal), Barcelona (Espanha) e São Paulo (Brasil). Este artigo decorre de uma primeira parte deste estudo, sendo resultado da análise de um conjunto de entrevistas exploratórias que foram realizadas a um núcleo de actores-chave no pensamento e na acção sobre a cidade contemporânea (decisores políticos, estruturas oficiais e actores da sociedade civil) destas 3 áreas metropolitanas.

No total, foram realizadas 22 entrevistas exploratórias no conjunto das três cidades: Lisboa (10 entrevistas), São Paulo (6) e Barcelona (6).

⁴ Veja-se a este propósito Scott, 2006; Costa *et al.*, 2007; Costa 2008; bem como as análises com enfoque no conceito de *meios ou espaços inovadores (innovative milieux)*, por exemplo em Hall (1998) ou em Camagni *et al.* (2004).

A escolha dos entrevistados procurou abarcar uma diversidade de intervenientes na esfera da acção e da governança em torno dos temas em questão: seleccionaram-se actores ligados à administração pública local (municípios, ayuntamentos, prefeituras); actores decisivos no pensamento em torno da cidade (no urbanismo, no desenvolvimento económico e/ou social, nas relações internacionais); actores institucionais e governamentais dos níveis central, regional ou federal; bem como estruturas empresariais directa ou indirectamente ligadas ao desenvolvimento urbano. Auscultaram-se ainda consultores de desenvolvimento urbano, de políticas públicas e de indústrias criativas, bem como instituições com actividade directa na produção e organização de actividades culturais. Em Costa, Seixas e Roldão (2009) pode ser consultada a respectiva listagem e enquadramento das entrevistas exploratórias consideradas nesta análise. O trabalho de campo foi realizado nas 3 metrópoles em períodos distintos, entre 2008 e 2009. As entrevistas basearam-se num conjunto de questões em torno dos seguintes tópicos:

- Perceber onde e sob que formas se percebe a criatividade na cidade respectiva;
- Discutir e articular as noções de criatividade, vitalidade e competitividade urbana;
- Discutir em que condições (físicas, económicas, culturais, sociais...) melhor se poderá desenvolver a criatividade nas cidades;
- Discutir que tipo de intervenção pública poderá potenciar a criatividade;
- Sugerir potenciais estudos de caso e experiências interessantes para análise mais detalhada nessa cidade.

Conceitos de base: vitalidade, competitividade e criatividade na Cidade

Uma das linhas de análise prosseguida centrou-se na identificação das leituras que os actores fazem dos três conceitos principais do projecto – vitalidade, criatividade e competitividade – e da forma como analisam as relações entre estes. Conceitos que forma, em simultâneo, alvo de debate no seio da equipa, estabilizando-se um conjunto de noções operativas (cf. Seixas, 2008, Costa *et al.*, 2007), assim confrontadas com as percepções dos inquiridos.

A Vitalidade Urbana

A vitalidade de um território urbano é um conceito que nos coloca nas dimensões da dinâmica, da energia, do movimento. As componentes que estruturam e produzem dinâmica ou energia urbana são, por conseguinte, elementos de base para a afirmação e a qualificação de qualquer território urbano – desde a fundação das primeiras cidades até hoje (Guerra *et al.*, 2006). Assim uma área urbana (re)vitalizada poderá caracterizar-se por conseguir gerar (e conseguir sustentar) uma determinada *densidade e diversidade* de fluxos ao nível das suas *actividades* e das suas *transacções* (Seixas, 2008).

Com efeito, a existência em determinado contexto/escala urbana, de níveis elevados e diversos de *actividades* (exigindo residência, habitabilidade, trabalho, cruzamento, relação), bem como de elementos que as viabilizem e sustentem (tais como normas e valores de cidadania, regras de regulação), mostram-se centrais na promoção da vitalidade económica (investimento, emprego), vitalidade social (vivências, espaços e fluxos públicos) e vitalidade cultural (representações, identidades). Em paralelo, esta vitalidade, nas suas múltiplas dimensões, requer igualmente uma forte capacidade (ou disponibilidade) *transaccional* entre os diversos actores urbanos, expressa em troca de âmbito económico (consumo, transacção de propriedades), social (relações, compromisso e participação) e cultural (redes, trocas de informação e ideias). Finalmente, são ainda decisivos determinados níveis de densidade e de diversidade destas actividades e transacções: nas esferas económica, social e cultural.

As respostas dos nossos entrevistados apontaram para uma forte ligação entre os conceitos de criatividade e de vitalidade urbana, associando criatividade a pressupostos de dinamismo, de densidade e a um grande número de eventos e acontecimentos (em especial os de pequena escala, bem mais potenciadores de dinâmicas criativas do que os de grande).

Estas percepções são particularmente valorizadas no caso de dinâmicas territoriais específicas de certas áreas da cidade, nomeadamente nos denominados ‘bairros culturais’ identificados pelos entrevistados, bem como em dinâmicas mais pontuais de ocupação de áreas degradadas ou abandonadas. Foi também referido o potencial da criatividade urbana e de actividades criativas na vitalização

tanto de zonas extensivas actualmente desactivadas (portuárias, industriais), bem como de zonas mais suburbanas ou bairros mais ‘normais’ das cidades.

A Competitividade Urbana

O conceito de competitividade foi entendido de forma ampla pela equipa, não sendo partilhada uma visão redutora exclusivamente associada a um conjunto de meras vantagens competitivas estáticas. A noção de competitividade territorial, em particular, foi encarada como a capacidade de um espaço oferecer qualidade de vida e bem-estar aos seus “cidadãos”, permitindo-lhe assim sustentar, justamente, actividades e dinâmicas de desenvolvimento diferenciadoras face aos outros territórios (fixando residentes, criando emprego, garantindo amenidades e qualidade de vida, em simultâneo assegurando a sustentabilidade dos recursos e ainda garantindo vínculos socioculturais tais como a participação cívica e a identidade cultural). Neste quadro, a noção de competitividade tem de ser encarada à luz de eixos de reflexão distintos do habitual (Seixas, 2008): é um conceito complexo referenciado a um “processo” e não uma noção simplesmente associada a um “estado”; pode ser colocada a dimensões e áreas de diagnóstico, de comportamento e de intervenção (da “empresa” à “indústria”, da “cidade” à “região” ou ao “sistema urbano”); é uma noção relativa e comparativa por excelência, obrigando a um tratamento relativamente exigente do “tempo”; assenta (também ela) na pluridimensionalidade, resultante de processos económicos, socioculturais e políticos complexos, não devendo como tal ser retratada por indicadores simplificados ou parcelares.

Na larga maioria das entrevistas, a competitividade (entendida de forma muito variável e não poucas vezes de forma ideologicamente muito marcada) não foi em geral vista como uma mais-valia para as cidades. Contrariamente à relação que se percebe existir entre vitalidade e criatividade, no caso da competitividade muitas respostas não apontaram para uma correlação positiva. No entanto, grande parte dos entrevistados concorda que a promoção da criatividade na cidade, promove igualmente a sua sustentabilidade e a sua competitividade.

A Criatividade Urbana

Procurou-se finalmente perfilar as percepções dos actores urbanos relativamente à multiplicidade de dimensões em torno do conceito de criatividade (Kunzmann, 2005), bem como da sua correspondente aplicação à cidade e incluindo as variadas noções e denominações a este respeito (‘criatividade urbana’, ‘cidade criativa’, ‘espaços criativos’, ‘actividades criativas’, ‘indústrias criativas’, ‘meios criativos’). Esta multiplicidade conceptual tem sido profusamente discutida pela equipa do projecto (Costa *et al.*, id.; Costa, 2008; Seixas, 2008), partindo de noções aparentemente mais consensuais no meio académico (embora também em questionamento e crítica)⁵, equacionando-se vectores fundamentais para a sua própria interpretação nos espaços urbanos. Como notam Costa *et al.* (2007) importa atender às diversas dimensões apontadas por Boden (1990) em relação a esta questão: a criatividade (seja ela mais fundamental ou “incremental”) contém seguramente algo de novo, de inovador – e de valorizável. É de destacar aqui o papel do reconhecimento social e da legitimação/valorização social da criatividade (só se “é” criativo se se for reconhecido como criativo⁶). Este reconhecimento não é universal e é socialmente marcado e determinado, o que nos remete para aspectos fundamentais na organização do espaço urbano e na estruturação espacial das ‘actividades criativas’ (Scott, 2006; Costa, 2008), nomeadamente alguns factores relacionados com a aglomeração e a criação de meios e ambientes específicos, fundamentais para o surgimento (e reconhecimento) da criatividade (veja-se a este propósito Costa *et al.*, 2007; Costa, 2008).

Identificada como relativamente “recente” pela generalidade dos actores entrevistados, a preocupação com a criatividade urbana parece-lhes estar bastante ajustada a um contexto contemporâneo, subvertendo este conceito as “categorias clássicas” e popularizando-se por isso mesmo. Corresponde à entrada de novas influências na discussão sobre a cidade e implica uma renovação no pensamento sobre o urbano.

⁵ Pe., para Csikszentmihaly (1996), a criatividade é entendida “qualquer acto, ideia ou produto que altera um determinado estado-da-arte, ou que transforma uma dada situação, numa outra”.

⁶ E muitos o foram apenas bem depois do seu tempo, como sabemos.

No entanto, as noções enunciadas sobre criatividade urbana são bastante distintas e adoptam diferentes pontos de vista, o que será natural face à dispersão de conceitos nesta área. Para muitos dos entrevistados, a criatividade urbana é resultado de actividades e projectos colectivos que acontecem na cidade, ou seja, corresponde ao somatório de tudo, e não apenas a grandes intervenções ou grandes empreendimentos. Para outros, a criatividade está intrinsecamente relacionada com as pessoas (e não tanto com as cidades) e implica a participação pública nos processos sociais (chegando no caso de algumas entrevistas, sobretudo em São Paulo, a ser muito associada a uma dimensão “cultural” e identitária da população local, eventualmente ligada às necessidades permanentes de combate às dificuldades da vida quotidiana). Noutros casos ainda, são abordadas ambas as perspectivas, assumindo-se que a criatividade se expressa precisamente pelo conjunto destas duas: uma dimensão pessoal, e uma mais colectiva e ligada à cidade e a um planeamento colectivo (sobre isto, é referido que uma cidade melhorada atrai indivíduos e criatividade).

A aproximação do conceito de criatividade ao imaterial e intangível é também referenciada, surgindo assim uma definição mais abstracta, que não corresponde a espaços específicos nem a bairros ou zonas criativas: uma criatividade imaterial, leve, flexível, associada a comportamentos ou campos de acção. Por seu lado, um outro tipo de respostas define o conceito através dos sectores em que se expressa: na inovação da indústria e nas empresas, na investigação científica, na tecnologia ou na educação. Mais imediata e frequente ainda é clara a ligação da criatividade à cultura e à arte (embora não assumida em geral como exclusiva). Por fim, alguns entrevistados remetem para a sua multidimensionalidade (urbana, comercial, artística...), apelando para a necessidade de cruzamento entre estas dimensões.

Na prática, em paralelo a uma certa desconfiança em relação à forma como a retórica das cidades criativas tem sido lançada nalguns países, percebe-se em geral um desconforto com a excessiva colagem às etiquetas de actividades “culturais” e mesmo “criativas (em sentido mais amplo)” e uma necessidade de identificar criatividade urbana com algo de transversal à sociedade e à economia actual (remetendo para novas formas de actuar, produzir, organizar, intervir, consumir), e portanto também transversal à cidade e à actuação pública que sobre ela se pode desenhar.

O(s) lugar(es) da criatividade na cidade contemporânea

Após diversas décadas de metropolização contínua, sucede hoje em dia uma simultaneidade de tendências diversas de produção e de reprodução urbana. Simplificando em duas tendências – um exercício reconhecidamente redutor: se por um lado (e mesmo que sob formas mais indelévels após a crise financeira de 2008/09) prosseguem os movimentos de ‘emergência urbana’ e de contínua metropolização, estruturados cada vez mais por lógicas de tempo (de retorno de investimentos e de quotidianos de consumos, essencialmente) que de espaço (não obstante, alterando este de forma profunda); por outro lado vão-se reforçando uma série de tendências de requalificação (e de revitalização, processo bem distinto) de algumas malhas urbanas morfológicamente consolidadas. Afirmam-se, de qualquer modo, novas meta-estruturas espacio--temporais, onde os comportamentos das velhas variáveis-chave de localização se desdobram de forma cada vez mais espectral e relativizante (Storper e Manville, 2006).

As teorias (e as práticas) das escolhas urbanas, para indivíduos e empresas – que, supostamente, precedem as teorias (e as práticas) de produção urbana – são hoje muito distintas. Diversas questões se colocam. Serão próximos ou antagónicos os pressupostos para as escolhas urbanas inerentes aos movimentos de revitalização, e por outro para os movimentos de contínua metropolização de escala regional? Como desenvolver estruturas de análise espacio-temporal mais sistémicas, que permitam apoiar uma melhor interpretação e acção em torno das actuais dinâmicas de evolução urbana e proto-urbana? E, no que aqui mais nos concerne, que efectivos lugares e processos condicionantes e/ou catalizadores da criatividade – e da (expectante e) consequente sustentação de inovação, de emprego, de inclusão e de riqueza – na cidade?

Florida (2002) propôs, nestes âmbitos, que as prioridades das políticas urbanas deveriam passar sobretudo pela qualificação dos ambientes e das amenidades urbanísticas, culturais e sociais de territórios selectivos, por forma a que as classes mais criativas desejem viver e trabalhar em tais locais. Esta é uma visão sustentada em função de uma forte interligação *habitat* – trabalho, e de uma qualificação urbana discricionária e de alto nível,

crendo em poderosos efeitos catalisadores para as restantes áreas da metacidade.

Muito atractiva para múltiplos decisores políticos, pela objectividade que permite comportar, esta é no entanto uma perspectiva que coloca fortes questionamentos, se não mesmo viva oposição em crescentes sectores (Hoyman and Faricy 2009, Peck 2005). Por um lado, pela postura de discricionariedade socioterritorial (e consequente secundarização de outros espaços-tempo urbanos), com doses elevadas de incerteza nos esperados efeitos de *crowding-out* localizado. Colocam-se amplas dúvidas se a presença de ‘classes criativas’ (a própria noção destas levanta crescentes dúvidas) num determinado meio urbano induzirá necessariamente um desenvolvimento socioeconómico de médio ou largo espectro territorial. Por outro lado, e embora Florida pressuponha uma redução ao máximo de ‘barreiras à entrada’ nos mais diversos espaços da cidade (incluindo os eleitos *a priori* como mais criativos) os efeitos reais e simbólicos de novos tipos de pressões (notavelmente, nas rendas urbanas), dificultam a democratização dos acessos e oportunidades. O próprio Florida tem importantes dúvidas face a um possível aumento das desigualdades socioespaciais, num período médio-longo, que em certa medida compara às primeiras décadas do anterior paradigma industrial.

Investigação empírica de largo espectro e consideravelmente recente (Musterd, 2006) parece comprovar que, em diversas cidades europeias, os territórios mais criativos estão consideravelmente conectados a uma variedade social e funcional – o que parece receita bem clássica, na verdade. Porém, após determinados períodos de incubação, estes territórios começam a sofrer pressões de localização por aumento do seu capital simbólico, afirmando-se paulatinamente tendências ‘gentrificadoras’, potenciando assim a segregação socioeconómica na cidade. Mas também aqui surgem reticências, parecendo algumas destas perspectivas ser mais normativas que objectiva e cientificamente comprovadas.

Foi também perante estes interessantes paradoxos, consolidados entre um crescente reconhecimento dos lugares da criatividade urbana na epistemologia do desenvolvimento, e as igualmente crescentes dúvidas que se instalam nos respectivos debates, que se desenvolveu este projecto, e que, justamente, se colocaram as suas primeiras inquirições. Daí que, na primeira questão colocada nas entrevistas exploratórias – *Como se sente e onde se vê, hoje, a criatividade numa cidade, e em particular, na sua cidade-metrópole* – tenha surgido já como natural que as respostas se dirijam por um amplo espectro de perspectivas face aos tipos de agentes, de lugares e de tempos urbanos julgados mais propiciadores à criatividade na cidade de hoje. Da mesma forma, igual ordem de transversalidade de opiniões surgiu face à sustentabilidade espaciotemporal das múltiplas actividades criativas urbanas referidas.

A análise das respostas a esta primeira questão originou um padrão de 6 tipologias distintas (figura 1).

Figura 1: Tipologias e Casos mais referidos de Espaços e Processos de Criatividade Urbana

(de acordo com as entrevistas realizadas nas 3 metrópoles)

Metrópoles vs. Tipologias de Espaços e processos para a CU	Lisboa	Barcelona	São Paulo
1. Bairros Criativos	Bairro Alto / Bica Chiado	Bairro de Grácia Bairro do Raval	Vila Madalena
2. Espaços Alternativos/ Emergentes	Martim Moniz	Bairro de Roquetes	
3. Territórios e Instituições Socio-culturais e de Conhecimento	Cidade Universitária F. C. Gulbenkian Centro Cultural de Belém C. M. Oeiras	Centros de I&D da UAB Centros de I&D da UOC CCCB MACBA	Rede SESC USP BNDES
4. Investimentos / Projectos Urbanos de Larga Escala	Alcântara Parque das Nações Eixo A5 Arco Ribeirinho sul	Projecto 22@	Bom Retiro / Luz Cidade Itaipu
5. Projectos Sociais e Culturais de Gênese Local	Santos Design District Fábrica Braço de Prata Ass. Pais Telheiras Comp. Teatro Almada ZDB, Chapitô LX Factory, Experimenta Design, Luzboa, Doçlisboa	Festival Sonar Ateneo Palo Alto	Rede CEU Movim. Nossa São Paulo Fashion Week
6. Classes Sociais e/ou Profissionais	Artistas Contemporâneos Arquitectos, Designers Investigadores C&T	Artistas Contemporâneos Arquitectos, Designers	Artistas Contemporâneos Classes Desfavorecidas Agentes Empresariais

Os ‘bairros criativos’ são valorizados pelo seu elevado capital simbólico, pela forte componente cultural, e ainda pelas vertentes do turismo e da boémia. Os espaços alternativos/emergentes são ocupados por classes sociais ou grupos que detêm uma elevada diferenciação (artistas, imigrantes), e na maioria das situações existem em espaços intersticiais/expectantes da cidade institucional e urbanística, com rendas baixas. Por seu lado, as instituições de cultura e conhecimento aliam, na maioria das vezes, uma forte capacidade institucional e consideráveis recursos – tal é o caso de fundações culturais de renome, de reputados centros universitários, ou de instituições socioculturais fortemente implantadas nas estruturas urbanas (como é o caso dos SESC em São Paulo). Com forte imagética e significância sociomediática desde há décadas (Borja e Castells, 1997, Jessop, 2002), os investimentos urbanos de larga escala envolvem um estatuto de prioridade política, uma forte visibilidade social e simbólica, e ainda uma perspectiva de metavivência geográfica face a estratégias de escala regional e de finança global. Os múltiplos projectos sociais e culturais de génese local que emergem pelas mais diversas malhas urbanas, são quase exclusivamente de responsabilidade privada ou comunitária/associativa. Tal como nos espaços expectantes, contemplam dinâmicas desenvolvidas por grupos/associações da mais variada ordem. Incluem-se aqui desde projectos de qualificação de bairros (da afirmação simbólico-cultural do Santos Design District à criatividade socioeducativa da Associação de Pais de Telheiras, em Lisboa), até projectos de influência à escala da grande cidade (como o movimento cívico Nossa São Paulo). Também muito referidas, as classes sociais e profissionais percepcionalmente mais ligadas à criatividade e bem próximas das tipologias profissionais recentemente definidas neste campo. De salientar que os entrevistados de São Paulo colocaram ênfase nas classes mais pobres e nos agentes económicos e empresários – na perspectiva de que a sua própria sobrevivência depende, antes de tudo, da sua capacidade criativa.

Prosseguindo as metodologias previstas pelo projecto (e em paralelo com exercícios analíticos como os efectuados nos pontos seguintes deste artigo) foram escolhidas 10 situações para o desenvolvimento de estudos de caso⁷, de forma a aprofundar as análises e hipóteses aqui abertas. Dos resultados destes estudos se dará conta noutra oportunidade.

O metabolismo da criatividade urbana

As múltiplas propostas e reflexões, por parte dos entrevistados, perante os diferentes tipos de actores, de espaços e de processos mais conectáveis com formas distintivas e sustentáveis de criatividade na cidade, foram sistematizadas no âmbito de um processo metodológico que contemplou não só conjugações tipológicas já desenvolvidas por reconhecidos investigadores, como novas propostas de composição desenvolvidas no âmbito deste projecto, e das suas próprias construções teóricas e observações empíricas.

É importante reconhecerem-se inevitáveis limitações inerentes a um exercício experimental, no caso, de conjugação sistémica do metabolismo de criatividade na cidade. Especialmente, quando um dos objectivos centrais do projecto se coloca na construção de propostas de políticas urbanas, perante panoramas (de formação, de conhecimento, de administração) ainda muito modernistas e sectorializados. Não obstante este reconhecimento, e como processo inicial de tratamento dos resultados dos primeiros inquéritos, são aqui sugeridas duas propostas de leitura: uma baseada nos actores urbanos, e uma seguinte mais fundada nos seus espaços e tempos.

Assim, e em primeiro lugar, utilizamos (e adaptamos) a recente composição sistémica proposta por Amin e Roberts (2008), denominada ‘variedades de conhecimento situado’, composição que conjuga diferentes tipos de actividade técnico-profissional com bases e práticas de formação e de aprendizagem, bem como de interacção social e organizacional (Figura 2).

⁷ Os dez estudos de caso (desenvolvidos durante o ano de 2009) repartem-se da seguinte forma: a) Quatro estudos de caso em Lisboa – um ‘bairro criativo’ (Bairro Alto / Chiado); uma zona pós-industrial (Alcântara) envolvendo projectos culturais e considerável mediatização; uma zona alternativa/expectante da cidade, com forte multiculturalidade e diversidade étnica e cultural (Martim Moniz); uma zona semi-periférica (centro de Almada) com dinâmicas socioculturais interessantes e ainda pouco analisadas; b) Três estudos de caso em Barcelona – um ‘bairro criativo’ (Gràcia); uma grande operação de requalificação urbana associada a novos clusters e tecnologias (projecto 22@); um projecto sociocultural de base local, desenvolvido por um colectivo de agentes criativos num espaço industrial abandonado (Associação Palo Alto); c) Três estudos de caso em São Paulo – um ‘bairro criativo’ (Vila Madalena); um projecto cultural e económico com elevado suporte sociopolítico (São Paulo Fashion Week); uma instituição sociocultural com importante papel de inserção local e de emancipação educacional das populações (SESC – São Paulo).

Figura 2: Eco-Sistémica da Criatividade Urbana I

(adaptado de Amin e Roberts, 2008)

BASES/DINÂMICAS SÓCIO-URBANAS V.S. TIPO DE ACTIVIDADE	TIPOS DE CONHECIMENTO	INTERACÇÃO SOCIAL Formas de Comunicação Proximidades Redes Sociais	TIPOS DE INOVAÇÃO	DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS
BASE ARTESANAL	Conhecimento Incorporado/ /Estético	Aprendizagem Face a Face Demonstrabilidade Confiança Pessoal	Inovação por Recorrência / / Incremental	Organização Hierárquica
BASE PROFISSIONAL	Conhecimento Especializado e Declarativo	Interação Reduzida Mudança Lenta Confiança Institucional	Inovação Incremental	Grandes / Pesadas Organizações
PERITOS E CRIATIVIDADE ELEVADA	Conhecimento Especializado e Exploratório/ /Rápida mudança nos Padrões de Conhecimento	Fortes Padrões de Comunicação Mudança Rápida Confiança baseada no Conhecimento	Inovação Radical	Grupos / Gestão de Projectos
VIRTUAL	Conhecimento Codificado e Exploratório/ /Rápida mudança nos Padrões de Conhecimento	Hipercomunicação de base Tecnológica Fracos Laços Sociais	Inovação incremental a Radical	Dinâmicas Abertas e Autogestionárias

Os entrevistados evidenciaram quase exclusivamente os ‘peritos’ (e ainda, embora menos, os ‘virtuais’) como aqueles cuja actividade detém e implica uma criatividade elevada. Realce-se que nesta ‘classe tipológica’ se incluem não só os tipos de actividade ligados a uma *expertise* cuja formação e níveis de exigência podem ser consideráveis, mas também outras actividades – designadamente, as artísticas – que não envolvem necessariamente pesados tempos de formação, embora decerto incluindo elevados graus de exigência – e de exposição. As características deste tipo de ‘conhecimento localizado’ propostas na matriz de Amin e Roberts entrecruzam-se, efectivamente, com as perspectivas mais referidas pelos nossos inquiridos, nestes âmbitos: uma estimulante convivência com um carácter de rápida mutação de partes importantes do conhecimento, e daí uma grande relevância não só para os processos exploratórios e para a inovação radical, como para o próprio reconhecimento, inserção em redes e confiança social, muito baseado na actualidade do conhecimento; e a necessidade/exigência de elevados padrões de

interacção social, por sua vez fortemente ligada a grupos formadores de projectos.

A segunda proposta de interpretação eco-sistémica da criatividade urbana tem igualmente uma perspectiva metabólica, seguindo as propostas interpretativas de Ferrão (2003) e de Seixas (2006) para o entendimento da cidade e da sua sócio-política como elementos ecológicos, com âmbitos inter-relacionais de espaços/paisagens (o *corpo* da cidade), de redes/fluxos (o *sangue* da cidade), e de cultura/cosmopolitismo (a *alma* da cidade). Estruturaram-se assim 4 tipologias de espaços-tempo urbanos, a partir das representações expressas pelos entrevistados: a) a cidade compacta; b) a meta-cidade informacional; c) a cidade simbólica; d) a cidade intercultural (Figura 3).

Figura 3: Eco-Sistémica da Criatividade Urbana II

(de acordo com as entrevistas realizadas nas 3 metrópoles)

TIPOS DE CIDADES VS. ECOLÓGIA URBANA	Cidade Compacta	Metacidade Informacional	Cidade Simbólica e de Consumo	Cidade Intercultural
Espaços e Paisagens	Bairros Criativos, Espaços em requalificação e emergentes	Universidades e Parques Tecnológicos, Investimentos de Larga escala	Espaços imaginários e ficcionais, Projectos de génese local	Espaços multifuncionais e heterogéneos, Projectos de génese local
Redes e Fluxos	Quotidianos Sociais Proximidade	Conhecimento Inovação Talento Tecnologia	Conhecimento Inovação Talento Tecnologia	Diversidade Quotidianos Sociais Experimentação Tolerância
Cultura e Cosmopolitismo	Diversidade	Singularidade	Singularidade	Diversidade

a) O *tipo de cidade* mais referido nas entrevistas dirigiu-se como esperado na perspectiva da cidade compacta, e na detenção de condições para uma vivência quotidiana em espaços de proximidade e de óptima mobilidade, possibilitando assim elevada convivência social e, justamente, dinâmicas de grupo (nomeadamente entre diferentes) catalisando-se cruzamentos, trocas e oportunidades. Estas são as linhas que

mais destacam os bairros criativos, bem como os espaços emergentes – pós-industriais ou pós-habitacionais, abandonados – normalmente em zonas consideravelmente centrais da respectiva metrópole. Destaca-se a relevância do contacto pessoal, para o “cruzar de fronteiras que permita que a criatividade se replique e se expanda” (como referiu um dos entrevistados). Embora baseada nas relações sociais, esta perspectiva incide sobretudo na relevância da compacidade e da proximidade urbana. A diversidade (social e económica) é uma das condições estruturantes mais referidas, salientando-se a necessidade de coexistência de diferentes tipos de espaços, funcionalidades e tipologias. Outras condições sugeridas realçam a importância de elementos diferenciais que estimulem e inquietem. Pressupõe-se a existência de um problema/tensão ou de uma oportunidade – sendo que, neste sentido, um bairro “normal” pode não ter nem grandes problemas nem grandes oportunidades.

- b) A metacidade informacional é menos referida pelos agentes de ordem mais cultural, mas em contrapartida é muito evidenciada pelos agentes económicos e institucionais. Para estes, as componentes do conhecimento, da ciência e da tecnologia são os maiores motores para a sinergia da criatividade urbana. São referidos sectores e *clusters* com maiores potencialidades no âmbito das tecnologias de ponta e da inovação referida a relevância da diferenciação nos modelos de consumo e de produção e, nesse sentido, a necessidade de aposta na singularidade dos modelos de produção e de *design* de produtos e de serviços. Estas perspectivas pressupõem elevados padrões de conexão quotidiana na metápolis em permanente estruturação.
- c) A perspectiva da cidade simbólica e de consumo entende que mais importante que a cidade física e social, é a cidade menos tangível: a cidade ficcional e imaginada, a cidade desejada e dos sonhos, mesmo a cidade dos afectos. Uma cidade semivisível, mas grande estruturadora da sua própria construção, construída pela singularidade das experiências – e experimentações – de cada agente. Neste sentido, são vitais os âmbitos orgânicos, no desenvolvimento das mais variadas dinâmicas e projectos, nomeadamente de âmbito social e cultural. Como referiu um dos entrevistados, “uma cidade será tanto mais rica

quanto mais diversidade de ficções poder ter. A riqueza da cidade é e será a memória das pessoas e o seu eterno reavivar e re-transformar, numa perspectiva de vivência sobretudo emocional”.

- d) A perspectiva da cidade intercultural invoca ambientes de diversidade e de tolerância, que propiciem a exponenciação da criatividade pelo confronto com as assimetrias e as diferenças – incluindo diferenças económico-sociais. Sugere-se um muito menor controlo ou mesmo planeamento, preferindo-se mesmo ambientes de uma certa instabilidade e desorganização. A incerteza e a tensão, criadas através da existência de elementos que inquietem, surgem como motores capazes de criar oportunidades para o desenvolvimento da criatividade, e de dinâmicas e processos que propiciem novos conhecimentos e aberturas.

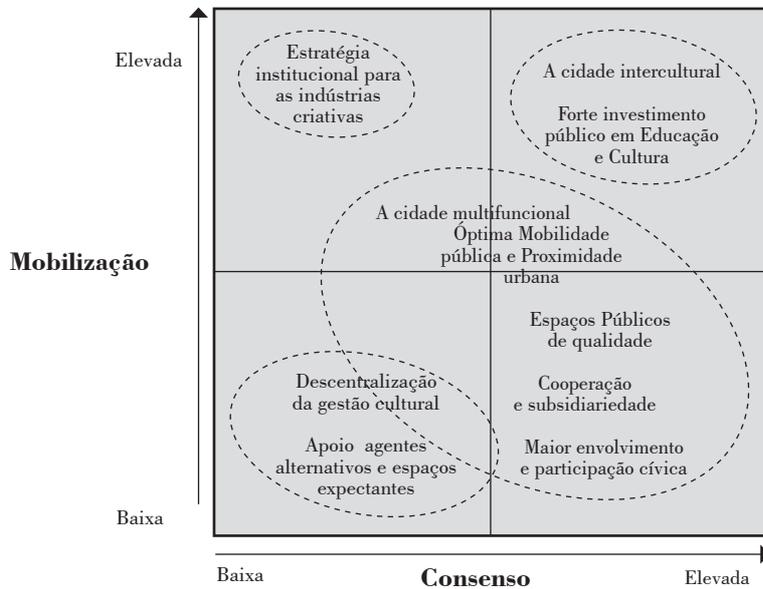
Graus de consenso e de mobilização face à criatividade urbana

É um facto inegável que a relação entre criatividade e desenvolvimento urbano contempla um debate sociocultural, político e académico de crescente intensidade, desde pelo menos o início desta década (Scott, 2006). Não obstante, existem ainda “*vastos campos a necessitar de maior debate, esclarecimentos e mesmo de novas abordagens*” (id.), em múltiplos domínios. Face a este panorama de novas aberturas e questionamentos, as inquirições nas 3 metrópoles prosseguiram, justamente, pelo teste de hipotéticas dimensões de acção – não só no tipo de espaços e de agentes sentidos como de maior potencial (secção anterior), mas ainda na perspectiva das *temáticas* (ou melhor, dos panoramas de *estruturas* e de *processos*, sociais, económicos, culturais e evidentemente políticos) mais vitais para o reforço da vitalidade criativa nos variados “meios” e configurações sócio-geográficas da cidade.

Nestes âmbitos, a equipa do projecto desenvolveu um exercício integrado de ordem qualitativa e comparativa – seguindo, nomeadamente, metodologias similares às propostas pela reconhecida análise prospectiva e estratégica de actores (Godet, 1993) – aquilatando dos graus de consenso (em primeiro lugar) e de mobilização (em segundo), perante as diferentes hipóteses enfatizadas (Figura 4).

Figura 4: Temas Vitais para a Criatividade Urbana – Graus de Mobilização e de Consenso

(de acordo com as entrevistas realizadas nas 3 metrópoles)



Uma primeira leitura do espectro global dos posicionamentos das propostas sociopolíticas face à criatividade urbana, parece mostrar que os graus de consenso sobre o que fazer, são relativamente superiores aos graus de efectiva mobilização – o que traduz não só um ainda muito importante diferencial entre discurso e acção, mas também possíveis fragilidades nos próprios discursos, que poderão acabar por traduzir, afinal, frágeis consensos.

Não obstante, e em segundo lugar, os resultados revelam perspectivas muito interessantes de conjugação entre mobilização e consenso:

- i. Existem dimensões que embora bastante referidas, não colhem fácil consenso – como o apoio a agentes e a espaços alternativos de criatividade, bem como a necessidade de uma efectiva descentralização na gestão e programação cultural na cidade;
- ii. Confirma-se também uma importante ênfase (nomeadamente nos agentes privados e nos peritos) na necessidade de construção de estratégias próprias para as indústrias criativas, e na criação de organismos públicos/parapúblicos dirigidos explicitamente para estas dimensões.

Mas também estas propostas traduzem consensos ainda débeis;

- iii. As propostas mais ancoradas na disponibilização de qualidade de vida à generalidade das sociedades urbanas (e em tudo o que este amplo conceito pode acarretar, dos espaços públicos de qualidade à boa mobilidade, da multifuncionalidade a uma maior participação cívica) detêm considerável consenso. Porém, bem menores mostram ser os respectivos graus de mobilização – neste espectro de agentes entrevistados – para tais temáticas consideradas vitais;
- iv. Finalmente, as dimensões do fomento intercultural e as propostas de investimento nas áreas educativa e cultural, mereceram grande consenso. Embora os correspondentes graus de mobilização não correspondam de ordem similar a tal consenso, estes não deixam de ser superiores aos mais ligados às dimensões especificamente mais urbanas.

Processos de governança para a criatividade na cidade

Charles Landry perguntava-se, em 2003, qual o possível lugar da criatividade nas necessárias (re)estruturacões cognitivas e socioculturais e, consequentemente, políticas, em torno da cidade e da sua governação. A pergunta mantém-se firme. Uma década de confrontação entre as estruturas sociopolíticas da cidade e o crescente reconhecimento da criatividade como elemento-chave de novos paradigmas, parece estar a mostrar como a maioria daquelas se encontra ainda demasiado estática e autocomplacente para se permitir, a elas próprias, suficientes doses de criatividade na administração e governação das suas respectivas urbes.

Este é, porém, um panorama que paulatinamente se tem alterado. Mais numas cidades que noutras, decerto. Muito particularmente naquelas onde, por variados contextos e processos de governação e de planeamento urbano, têm entrado (e assim influenciado) novos actores e novos profissionais,

de novas gerações de profissionais a diferentes tipos de actores cívicos: não necessariamente mais criativos *a priori*, mas trazendo distintas bases de conhecimento e de exigência e, por outro lado, distintas formas de interacção social. Ao ponto de, potencialmente, estarem a alterar dinâmicas organizacionais, mesmo em pesadas administrações públicas e municipais. Kunzmann (2003), a esse propósito, desenvolveu uma lista de ‘actores criativos’ para os processos de gestão e de governação nas cidades, de líderes políticos que desenvolvem novas visões, a planeadores imaginativos, passando por *think tanks* de investigadores independentes, e por artistas, imigrantes, jornalistas, grupos cívicos com considerável empenho e tenacidade.

E aqui, a governança urbana mostra-se elemento particularmente estimulante para a inclusão de diferentes actores na sociopolítica urbana. Mesmo quando há que reconhecer que esta será apenas uma das faces da governação – em conjunto com a administração pública, e com a sociocultura ou o cosmopolitismo de uma dada sociedade urbana.

Como sabemos, o debate em torno da governança urbana tem tido um crescente relevo em múltiplos areópagos. Por um lado, pelo seu enfoque nas formas de conjugação entre os actores sociais, entre diferentes culturas e dinâmicas, no sentido da construção e responsabilização para objectivos comuns. Por outro lado, pela atenção à construção de processos de cooperação e de formas de condução política e cultural mais plurais (Seixas, 2007). Este potencial tem feito com que o conceito de governança urbana tenha sido, em significativa medida, apropriado não só por teóricos da acção colectiva, mas também

por diversos círculos culturais, políticos e mesmo administrativos, tendo mesmo já entrado em muita da semiótica discursiva, justificando a existência ou a alteração de determinadas estruturas. Uma situação que em simultâneo tem trazido, sem surpresas, um aumento da dubiedade na materialização do conceito, perante a abertura de perspectivas e de justificações substancialmente distintas umas das outras (id., *ibid.*). Porém, e não obstante todas estas atenções, o potencial da governança urbana como veículo catalisador da criatividade parece-nos fortemente pertinente, no aprofundamento dos trabalhos teóricos e empíricos do projecto.

Diversas questões se abrem. Que estruturas e processos de governança melhor poderão potenciar a criatividade urbana? Que estruturas e dinâmicas inerentes à política na cidade (em termos públicos, cívicos, colectivos) potenciadoras de uma boa e democrática interligação entre a política e a criatividade na cidade? E, inversamente, que estruturas de criatividade para uma qualificação da própria governação? Sob que espaços e sob que processos de ambas se poderá consolidar uma elevada sinergia no sentido da qualificação (isto é, no sentido da vitalidade, da competitividade e da sustentabilidade) urbana?

Estas são questões que apelam a uma leitura sistematizada dos possíveis múltiplos vectores de governança – e, nesse sentido, do alinhamento das propostas feitas pelos nossos inquiridos. A figura 5 mostra assim as linhas de governança mais referidas por estes, sistematizadas no âmbito de uma proposta de vectores de governança desenvolvida por Seixas (id.).

Figura 5: Vectores de governança como catalisadores de criatividade na cidade
(adaptado de Seixas 2007, e de acordo
com as entrevistas realizadas nas 3 metrópoles)

Vectores de Governança Urbana	Instrumentos de Governança Urbana	Propostas dos inquiridos
Vectores de debate conjunto	Disseminação de informação	A existência e ampla divulgação de informação e de conhecimento (incluindo conhecimento científico) é um dos mais importantes vectores de transparência democrática, de inclusão sociopolítica e de co-responsabilização.
	Fóruns e workshops de debate	Instrumentos de participação de determinados agentes representantes de interesses concretos e/ou da sociedade civil em geral.
	Envolvimento cívico participativo	Desenvolvimento de instrumentos de participação dos agentes da sociedade civil nos processos de reflexão e de decisão política na cidade.
Vectores de estratégia conjunta	Construção conjunta de estratégias colectivas	Processos e espaços de discussão, de concertação e de contratualização entre diferentes actores, envolvendo-os em co-responsabilização para um projecto colectivo.
	Envolvimento cívico deliberativo	Fomento da co-responsabilização social, e do aumento dos graus de motivação cultural para o envolvimento social nas próprias decisões políticas.
Vectores de administração e de responsabilização conjunta	Processos de descentralização e reformulação de competências	Reconfigurando responsabilidades a diferentes níveis, do metropolitano/regional, ao da comunidade/bairro.
	Cooperação vertical (público-público)	Aprofundando acções baseadas nos princípios da subsidiariedade e da reciprocidade entre os diferentes níveis da administração.
	Cooperação horizontal (público-público)	Ampliando as políticas e acções de co-responsabilidade horizontal, especialmente aos níveis mais locais.
	Cooperação externa e internacional	Expansão de iniciativas de inter-relação e de acção conjunta entre agentes públicos e privados de territórios e de cidades diferentes.
	Parcerias público-privadas	Desenvolvimento de projectos e acções de trabalho conjunto entre o sector público e o sector privado.
	Processos de avaliação	Existência de linhas de questionamento e de análise crítica de natureza independente (e de preferência científica), no sentido de uma efectiva valoração e responsabilização das acções.

Conclusões

Na sua monumental obra *Cities in Civilisation* (2008) Peter Hall demonstrou-nos como a criatividade sempre se colocou como elemento central na afirmação das cidades e das respectivas sociedades a estas ligadas. Uma criatividade originada em diferentes referências – cultural, intelectual, tecnológica, social e organizacional – e que maiores sinergias desenvolve quando, justamente, são maiores as transversalidades entre estas distintas referências ou dimensões. Mesmo – ou sobretudo – quando se instalam inevitáveis tensões e diferenciais. Tensões

e conexões cujo jogo se estabelece em meios (“milieux”) de base – e de sistema – urbana, e onde se afigura essencial, como vimos, a existência de determinados atributos de nexos espaço-temporal, nomeadamente os referentes a níveis de densidade e de diversidade das actividades e paisagens humanas.

Mas esta é uma equação espaciotemporal que sempre teve uma geografia variável – constatação particularmente evidente para os dias de hoje, face a uma cidade – e sociedade – sob transformações (ou crises, como alguns chamam) de base paradigmática. Quais, assim, as chaves para a criatividade

na cidade, questiona Hall (id.), e questionamo-nos nós, na presente busca de novas perspectivas teóricas, e na crescente pressão face à urgência de respostas empíricas.

Pretendeu-se com este texto sistematizar alguns dos primeiros resultados do projecto de investigação *Creatcity*, projecto proveniente destes questionamentos. Os resultados aqui apresentados são construções teórico-práticas sustentadas nas perspectivas, potencialidades e racionais de actuação sociopolítica defendidas por um conjunto de actores ‘pensantes’ das 3 metrópoles sob análise (Lisboa, Barcelona, São Paulo). Encontrando-se presentemente a equipa do projecto em aprofundamento das construções aqui propostas, importa destacar um conjunto de direcções que se nos afiguraram (e que entretanto se têm reforçado) como determinantes.

- a) Consolidando o papel da criatividade (urbana) como elemento determinante no desenvolvimento (humano), não só sob novos prismas de interpretação como, também, de reconhecimento do seu próprio efeito e valor acrescentado. Aqui, colocar-se-á sobretudo a questão do lugar da cidade – e do que ela traduz e contém – no teatro da epistemologia do desenvolvimento humano, procurando ultrapassar, quer a rigidez modernista e sectorial, quer as desconstruções neoliberais e pós-modernistas, pela paulatina construção de propostas mais multidimensionais e transversais.
- b) Destacando ainda as incertezas e riscos associados aos debates e sobretudo às retóricas em torno da ‘cidade criativa’, não negando as ainda frágeis fundações conceptuais e inevitavelmente políticas nela centradas, são ainda incertas as respostas a questões aparentemente tão directas como: qual o lugar das políticas de fomento da criatividade na cidade, no cômputo global das políticas urbanas; quais as prioridades; como articular (ou desconstruir) a dicotomia nas lógicas de actuação em torno da criatividade, aparentemente polarizadas entre ‘Indústrias/actividades Criativas’ e a ‘Criatividade Urbana’, nos seus sentidos mais amplos e democráticos. Repare-se como, neste último âmbito, se o racional mais evidente mostra ser o das ‘indústrias criativas’ (numa convergência em forte sedimentação face à crise económica e aos crescentes redireccionamentos das políticas de desenvolvimento), constata-se igualmente que esta convergência não deixa, não poucas vezes, de ser dirigida por visões de crescimento

de uma economia sustentada ainda por velhas lógicas e racionalidades de política económica e industrial (Evans, 2009), designadamente face a investidores ou agentes com poucas ou nulas conexões socioculturais com *stakeholders* e com redes relacionais mais locais.

- c) Concentrando grande atenção em novas formas de intervenção sociopolítica sobre e com a cidade, face à criatividade. Muito nomeadamente, nos âmbitos da ‘governança da criatividade’, e respectiva construção de políticas públicas no sentido da vitalidade criativa na cidade – dimensões sociopolíticas onde tem particular (mas não absoluta) relevância a dimensão da governança da criatividade. Reconhecendo o papel da experimentação como essencial para a própria criatividade social e política, e como tal colocando a governança – que, nos seus processos, instrumentos e práticas de acção pública, privada e cívica, se baseia em panoramas de construção de dinâmicas relacionais, de simbologias e de reputações, entre diferentes actores – como activo político também central para o catalisar da criatividade na cidade. Foi nesse sentido, justamente, que se sistematizaram as propostas dos inquiridos em quadro de grandes vectores e de instrumentos de governança para a cidade.

As diferentes perspectivas face à cidade e à sua emancipação, conduziram a diferentes percepções e respostas de racionais de acção sociopolítica em seu torno, inclusive face à própria governança urbana. Este texto procurou espelhar tais racionais políticos, no sentido concreto do desenvolvimento da criatividade na cidade. Não obstante uma inerente (e salutar) diversidade de perspectivas, a importância de elementos urbano-espaciais tais como a diversidade (em proximidade) de diferentes tipos de actores, suas práticas transaccionais, de mobilidade e de dinâmica quotidiana; a par de elementos-chave na esfera governativa (local e de sistema urbano) tais como a abertura, a flexibilidade, a pró-actividade e a correspondente capacidade de mutação organizacional; e ainda a formação e disseminação de informação e de veículos de debate e de co-responsabilização; afiguram-se elementos estruturantes para o reforço da governança e da criatividade na cidade contemporânea. Uma governança reforçada que poderá assim permitir, ela própria, a multiplicação de agentes, de processos e de projectos criativos pelos mais diversos espaços e tempos urbanos.

Bibliografia

- AMIN, A. e ROBERTS, J. (2008) *Community, Economic Creativity and Organisation*: Oxford University Press.
- BODEN, M. (1990) *The Creative Mind: Myths and Mechanisms*: London, George Weidenfeld and Nicolson Ltd.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (1997) *Local and Global – Management of Cities in the Information Age*, Earthscan Publications, Londres.
- CAMAGNI, R., MAILLAT, D., MATTEACCIOLLI, A. (Eds.) (2004), *Ressources naturelles et culturelles, milieux et développement local*. Neuchatel: EDES.
- CAVES, R. (2002), *Creative Industries: Contracts between Art and Commerce*, Cambridge/London: Harvard University Press.
- CE/KEA (2006), *The Economy of Culture in Europe*, Brussels, CE-KEA.
- COSTA, P. (2008), “Creative Milieus, Gatekeepers and Cultural Production: Evidence from a Survey to Portuguese Artists”, *Review of Cultural Economics*, Vol. 11, N.º 1, June 2008, Korea Association for Cultural Economics, pp. 3-31.
- COSTA, P., B. VASCONCELOS e G. SUGAHARA (2007), “O meio urbano e a génese da criatividade nas actividades culturais”, in *Recrutar e valorizar o território, Actas do 13.º congresso da APDR*, Açores, 5-7 Julho 2007; Coimbra: APDR.
- COSTA, P., MAGALHÃES, M., VASCONCELOS, B. and SUGAHARA, G. (2008) ‘On ‘creative cities’ governance models: a comparative approach’, *The Service Industries Journal*, 28:3, 393-413.
- COSTA, P., SEIXAS, J., e ROLDAO, A. (2009) “From Creative Cities to Urban Creativity? Space, Creativity and Governance in the Contemporary City”, in *Actas da Conferência EURA/UAA City Futures 09 – City Futures in a Globalising World*, Madrid.
- CLARK, T. N. (Ed.) (2004), *The City as an Entertainment Machine*, Elsevier: Amsterdam.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. (1996) *Creativity: Flow and the psychology of discovery and invention*, Harper Collins, Londres.
- EVANS, G. (2009) “Creative cities, creative spaces and urban policy” in *Urban Studies*, 46, 1003-1040.
- FERRÃO, J. (2003) “Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo” in *Portas, N., Domingues, A., e Cabral, J. (coord.) Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- FLORIDA, R. (2000) *The rise of the creative class, and how it is transforming work, leisure, community and everyday life* Basic Books, Nova Iorque.
- GLAESER, E. (2004) *Review of Richard Florida’s ‘The rise of the creative class’* Harvard Papers.
- GODET, M. (1993) *Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- GUERRA, I., MOURA, D., SEIXAS, J. e FREITAS, M. J. (2006) “A Revitalização Urbana – Contributos para a definição de um conceito operativo” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, N.º12-13, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE.
- HALL, P. (1998) *Cities in civilisation*, Pantheon Books, New York.
- HALL, P. (2000) “Creative cities and economic development”, in *Urban Studies*, 37 (4), 639-649.
- HEALEY, P. (2004) *Creativity and urban governance*, *DISP* 158, 11-20.
- HELBRECHT, I. (2004) “Bare geographies in knowledge societies. Creative cities as text and piece of art: two eyes, one vision” in *Built Environment*, 30 (3), 194-203.
- HOYMAN, M. and FARICY, C. (2009) “It Takes a Village: A Test of the Creative Class, Social Capital and Human Capital Theories” in *Urban Affairs Review* Vol. 44, No. 3, 311-333.
- HUTTON, T. (2009) “Trajectories of the new economy: Regeneration and dislocation in the inner city” in *Urban Studies* 46, 987-1001.
- JESSOP, B. (2002) “Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance” in Brenner, Neil e Theodore, Nik (ed.) (2002) *Spaces of neoliberalism. Urban restructuring in North America and Western Europe*, Blackwell Publishers, Oxford.
- KUNZMANN, K. (2004) “An Agenda for Creative Governance” in *City Regions*, *DISP* 158, 5-10.
- LANDRY, C. (2003) *The creative city. A toolkit for urban innovators*, Earthscan, Londres.
- MARKUSEN, A. (2006), “Urban development and the Politics of a Creative Class: Evidence from the Study of Artists”, *Environment and Planning A*, Vol. 38, No. 10:1921-1940. [266].
- MUSTERD, S. (2006) “Segregation, Urban Space and the Resurgent City”, *Urban Studies*, 43 (8), 1325-1340.
- NESTA (2006), *Creating Growth - How the UK can develop world class creative business*, London, NESTA Research Report.
- O’CONNOR, J., WYNNE, D. (ed.) (1996), *From the Margins to the Centre: Cultural production and consumption in the post-industrial city*, Aldershot: Arena.
- OCDE (2005), *Culture and Local Development*, Paris: OECD.
- PECK, J. (2005) “Struggling with the creative class” in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 29, no. 4, pp. 740-770.
- RATO, B.; MÜHLHAN, O., ROLDÃO, A. (2009): “A typology of creative cities in the world - lessons learned”, Paper presented to the UPE 8th International Symposium, March 23rd-26th, 2009, Kaiserslautern, Germany.
- SCOTT, A. J. (2006) “Creative cities – Conceptual issues and policy questions”, in *Journal of Urban Affairs*, 28 (1), 1-17.
- SEIXAS, J. (2006) “A Reinvenção da Política na Cidade – Perspectivas para a Governança Urbana” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, N.º12-13, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE.
- SEIXAS, J. (2007) “Redes de Governança e de Capital Social” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, N.º14, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE.
- SEIXAS, J. (2008) *A Criatividade Urbana; Sua relação com a Qualificação, a Competitividade e a Vitalidade das Cidades; Sua relação com a Governança Urbana e a Política das cidades*. Documento de trabalho interno à equipa Creatcity, policopiado.
- STORPER, M. and MANVILLE, M. (2006) “Behaviour, preferences and cities: Urban theory and urban resurgence” in *Urban Studies*, 43 (8), 1247-1274.
- UNCTAD (2008), *Creative Economy*, Report 2008, Geneve, UNCTAD.